

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO (CLJR)

Parecer nº. 094/2017

Objeto: Projeto de Lei nº. 4.597/2017, que “Dá nova redação ao art. 8º da Lei nº 3.838, de 20 de dezembro de 1994, que “dispõe sobre a Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente”, alterado pela Lei nº 4.799, de 10 de dezembro de 1999 e pela Lei nº 5.162, de 15 de abril de 2002.”

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL

Relatora: Vereadora MARIA DALVA DA MOTA AZEVEDO – Dalva Mota

1. Relatório

Chega a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR) o Projeto de Lei nº. 4.597/2017, que atribui nova redação ao art. 8º da Lei nº 3.838/1994, que “dispõe sobre a Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente”, alterado pela Lei nº 4.799/1999 e pela Lei nº 5.162/2002.

Consoante a Mensagem nº 35/2017, o presente projeto visa readequar a quantidade de membros representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito ainda ressalta, dentre outras considerações, que a Lei nº 5.162/02 (que altera a Lei nº 4.799/1999), prevê dois membros como representantes da Fundação PROMAN e, com a extinção do referido órgão, faz-se necessário readequar a composição do Conselho supramencionado.

O Presidente da Câmara Municipal admitiu a tramitação e fez distribuir às comissões permanentes, conforme se infere do despacho prolatado.

Seguindo a ordem e sistemática adotada pela CLJR, coube a esta Vereadora a relatoria.

2. Razões

O projeto de lei em referência se enquadra na categoria legislativa de lei ordinária, porquanto o seu conteúdo não está reservado ao campo material próprio da lei complementar.

No que tange à constitucionalidade e legalidade, constata-se que o projeto está em consonância com os preceitos contidos no art. 30, I, da Constituição Federal e arts. 12 e 67 da Lei Orgânica Municipal, segundo os quais compete privativamente ao Município legislar sobre matéria de interesse local.

Constata-se, também, que a matéria integra o campo reservado à iniciativa do Chefe do Poder Executivo, consoante interpretação do art. 61 da Constituição Federal, art. 66, III, da Constituição Estadual e art. 73 da Lei Orgânica de Patos de Minas, na medida em que diz respeito a órgão da administração pública municipal.

No tocante à técnica legislativa e de redação, o projeto atende as determinações da Lei Complementar Municipal nº. 400, de 9 de abril de 2013, que trata das regras atinentes à elaboração, alteração e consolidação das leis municipais.

Quanto ao mérito, a princípio não se infere a existência de violação ao interesse público, o que será analisado em momento oportuno.

3. Voto

Em razão do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, **voto pela aprovação** do presente projeto de lei em primeiro turno de discussão e votação.

É como voto.

Câmara Municipal de Patos de Minas, 2 de agosto de 2017.

Vereadora Relatora **Maria Dalva da Mota Azevedo - Dalva Mota**

Vereador **Isaías Martins de Oliveira**

Vereador **Otaviano Marques de Amorim**